

## **Apoio à denúncia da IUAES e da WCAA ao Tribunal Penal Internacional contra o governo brasileiro por ecocídio na Amazônia e o genocídio cultural decorrente**

O Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da Associação Brasileira de Antropologia – ABA vem apoiar a denúncia de *ecocídio* feita pela *International Union of Anthropological and Ethnological Sciences (IUAES)* e pelo *World Council of Anthropological Associations (WCAA)* ao Tribunal Penal Internacional, contra o governo brasileiro, a respeito das queimadas na Amazônia. O ecocídio implica danos extensos, destruição ou perda de ecossistema(s) de um determinado território, seja pela agência humana ou por outras causas, que comprometem os modos de vida de seus habitantes.<sup>1</sup> Trata-se, portanto, de grave crime ambiental e de crime contra a humanidade, através da destruição da floresta, da biodiversidade e dos territórios de povos tradicionais.

As queimadas já devastaram 29.944 km<sup>2</sup> da floresta Amazônica somente no mês de agosto de 2019, de acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE. Apenas no referido mês, foram identificados 30.901 focos de queimadas, número quase três vezes maior em relação a agosto de 2018 (10.421). Segundo informação veiculada pela imprensa, estes incêndios ilegais em larga escala podem ter sido iniciados por alguns proprietários de terras e produtores rurais em ação conjunta e premeditada, promovendo no dia 10 de agosto umas das maiores queimadas da história do país, que ficou conhecido como “Dia do Fogo”. Essa suspeita está sendo investigada pela Polícia Federal (PF) e pelo Ministério Público Federal (MPF), mas a reportagem do site BBC News Brasil noticiou que a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, afirmou haver indícios de uma "ação orquestrada" para incendiar pontos da floresta<sup>2</sup>. Alertas realizados pelo Ministério Público anteriormente a este desastroso crime foram simplesmente ignorados pelo governo federal, o que expõe sua conivência com práticas criminais de destruição ambiental e sua total falta de compromisso com os direitos dos povos tradicionais que historicamente ocupam a floresta amazônica e contribuem para a sua preservação.

O aumento das queimadas e a aceleração do desmatamento na Amazônia é um efeito imediato do desmanche do sistema de regulação, das instituições, normas e dispositivos de governança ambiental, já denunciadas e repudiadas pelo presente Comitê em uma nota recentemente publicada no site da ABA (disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/2019/08/02/contr-a-desmanche-ambiental-e-a-violencia-decorrente/>). Na nota denunciaremos também a profusão de discursos que criminalizam as práticas de proteção ambiental, por meio de acusações aos agentes dos órgãos ambientais e da inibição às ações de fiscalização, assim como de questionamentos à produção de dados sobre o avanço do desmatamento divulgados pelo INPE, um Instituto de Pesquisas com grande reconhecimento internacional.

O ecocídio permitido e incentivado pelo atual chefe do executivo brasileiro promove, concomitantemente, um acelerado genocídio cultural e etnocídio das mais variadas populações tradicionais habitantes da região amazônica, que necessitam da preservação floresta não somente para fins de moradia e subsistência, mas também para a própria viabilidade de suas práticas culturais, modos de organização social e na qual se assentam suas cosmologias, assegurados como direitos

<sup>1</sup> Ver o trabalho de Polly Higgins, *Erradicação do Ecocídio*, Londres 2010.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49453037>

estabelecidos na Constituição brasileira de 1988 e corroborados na Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário desde 2004. As recentes declarações do presidente, noticiadas pela imprensa, sobre a interrupção dos processos de demarcação de terras indígenas e quilombolas em curso também são uma afronta a esses marcos regulatórios<sup>3</sup>. Segundo levantamento do Instituto Socioambiental - ISA, até o momento foram registrados 3.553 focos de calor em 148 Terras Indígenas e 7.368 focos em 118 unidades de conservação. Não se incluem nesses números os territórios de um conjunto diverso de outros povos que habitam a floresta – extrativistas, quilombolas, pescadores, camponeses etc – por meio de uma grande diversidade de formas de ocupação tradicional.

A política de extermínio socioambiental, assim como os posicionamentos pessoais dos representantes do poder executivo sobre recentes acontecimentos relacionados à crise ambiental vigente no Brasil, têm causado constrangimento e, sobretudo, repúdio e preocupação por parte de importantes chefes de estado de nações com papel de destaque na geopolítica global, que vêm questionando as práticas autoritárias, criminais e não sustentáveis do atual governo brasileiro. Somam-se aos constrangimentos diplomáticos as perdas milionárias em recursos para conservação da floresta amazônica, como a suspensão do apoio financeiro da Alemanha e da Noruega ao Fundo Amazônia. As ações e posições tomadas pelo governo vão de encontro ainda com as metas assinaladas pelo Acordo de Paris, tornando evidente seu descumprimento.

Há alguns anos temos denunciado por meio da ABA o processo lento de desregulação ambiental, processo que desde o início do Governo Bolsonaro teve seu ritmo enormemente acelerado, convertendo-se num verdadeiro desmanche do sistema de regulação ambiental do país. Torna-se evidente a responsabilidade do governo brasileiro sobre as queimadas. Não se trata de mera omissão, mas de uma política deliberada de desconstrução do direito coletivo ao meio ambiente, dos direitos territoriais de povos tradicionais, do direito à diversidade étnica e cultural. Nos juntamos à denúncia de crime de ecocídio dirigida ao governo brasileiro e às exigências de medidas imediatas de prevenção a novos focos de incêndios, de recuperação das áreas degradadas e de compensação socioambiental aos povos habitantes da floresta amazônica. Exigimos que os direitos assegurados a esses povos pela Constituição Federal à manutenção de suas formas de ocupação tradicional sejam respeitados e defendidos.

Brasília/DF, 11 de setembro de 2019

**Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da Associação Brasileira de Antropologia – ABA**

---

<sup>3</sup> Ver: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-08/bolsonaro-diz-que-nao-fara-demarcacao-de-terras-indigenas>